

A310.696

União cede e Estado ganha com pré-sal

O governo aceitou um novo acordo e vai abrir mão de parte das receitas a que terá direito na exploração de campo já licitado

BRASÍLIA

O governo federal aceitou ontem um novo acordo para retomar a votação dos projetos de lei que estabelecem o marco regulatório do pré-sal na Câmara dos Deputados.

Depois de enfrentar reclamações vindas de praticamente todos os estados, a União resolveu ceder parte das receitas a que terá direito na exploração dos campos do pré-sal já licitados, garantindo assim mais recursos para estados e municípios que não produzem petróleo na costa brasileira e mantendo intactas as receitas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os maiores produtores do País.

Pela nova proposta, a União abrirá mão de parte do dinheiro que será obtido com a cobrança de royalties, uma compensação devida pelas empresas que exploram petróleo, e da chamada Participação Especial, uma espécie de "royalty extra" cobrado nos campos mais rentáveis.

A proposta de acordo mantém em 26,25% a fatia dos royalties a ser dividida entre os estados produtores, mas reduz para 22% a fatia da União e para 12,25% a parcela destinada aos municípios produtores. Os estados e cidades que não produzem petróleo na costa passarão a dividir 30,75% de todas as receitas obtidas com a cobrança dessa compensação.

A divisão dos royalties foi acertada pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), em uma reunião na segunda-feira com os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Edison Lobão (Minas e Energia) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

Na manhã de ontem, Campos se reuniu com o senador Renato Casagrande (PSB) para explicar a proposta.



MARCOS ROSETTI

RENATO CASAGRANDE: bancada capixaba vai avaliar mudanças

ANP autoriza furar poço

RIO

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) autorizou ontem a Petrobras a perfurar um poço na porção norte do pré-sal da Bacia de Santos, área sobre a qual a própria reguladora admite que há pouca informação disponível.

As perfurações serão feitas para identificar os cinco bilhões de barris de petróleo que deverão constar na cessão onerosa que deverá ser feita para a capitalização da estatal.

Diferentemente da informação oficial que circulou inicialmente,

no entanto, as perfurações não serão indicadas pela ANP, mas serão "por sua conta e risco, sob sua responsabilidade operacional e financeira".

A ANP não deixou claro se a estatal é que vai bancar os custos das perfurações, mas desde a divulgação das diretrizes do marco regulatório, a agência estava contando com uma verba em torno de R\$ 500 milhões que seria destinada para esta finalidade.

O poço a ser perfurado pela estatal sob encomenda da ANP terá profundidade estimada de 6425 metros.